

Texto 1

A petição que sugere a “lei do abate”, que diz respeito a uma autorização para que agentes do Estado matem criminosos armados, está contra a Declaração Universal de Direitos Humanos, bem como está contra a Constituição Federativa do Brasil de 1988. Você pode entender melhor isso nos fragmentos da lei que está nos materiais complementares desta aula. Um exemplo de consequência negativa da adoção dessa proposta é a morte de criminosos sem necessidade e até mesmo a lei servir para acobertar crimes cometidos pela polícia. A polícia tem procedimentos operacionais que visam o cumprimento das leis do Estado e deve agir de maneira estratégica, diferentemente de criminosos. Você pode saber um pouco mais lendo este artigo:

https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/acao_estrategia_orga_niza%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es_policiais.pdf

Texto 2

A petição que trata da inelegibilidade permanentemente também está desrespeitando a Constituição Federativa do Brasil de 1988, que afirma que é vedada a cassação de direitos políticos. Além disso, não existe pena perpétua no Brasil. Você pode ler mais sobre isso no fragmento da lei que está nos materiais complementares desta aula.